





32 Cordeiro, representantes do **Instituto Ação Verde**; Sra. Alessandra Panizi Souza,  
33 representante da **APROFIR**; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante do **ITEEC**  
34 **BRASIL**; e, Sra. Ohana França e a Sra. Juliana Freitas de Araújo, representantes  
35 da **AGEMAT**. A Presidente declara aberta a reunião e passa a palavra ao secretário  
36 executivo para a conferência do quórum. Na sequência, a presidente diz que  
37 gostaria de justificar a ausência da secretária Mauren Lazzaretti. Aponta que a  
38 mesma havia solicitado essa reunião extraordinária, marcou a data inclusive, porém,  
39 ela teve que ir a Campo Grande junto com o governador Mauro Mendes, razão pela  
40 qual não foi possível a presença dela nesta reunião. No entanto, a equipe da Sema  
41 está presente para dar sequência aos temas da reunião de hoje, que são bastante  
42 importantes. Na sequência, passou-se a deliberação quanto a aprovação da Ata da  
43 105ª Reunião Ordinária. Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma  
44 alteração. Após, passou-se ao próximo item da pauta, qual seja, a apresentação do  
45 sistema Siga Hídrico. Os analistas da Sema, dos setores da STI e CATE, em  
46 conjunto apresentam algumas informações quanto aos questionamentos técnicos  
47 feitos em relação ao funcionamento do sistema Siga Hídrico. Abordam: 1.  
48 Questionamentos dos Responsáveis Técnicos; 2. Atendimento a chamados; 3.  
49 Evolução dos processos; e, 4. Melhorias do sistema. Finda a apresentação, a  
50 conselheira Juliana Freitas pede a palavra. Diz que gostaria de tirar algumas  
51 dúvidas e também pontuar algumas coisas em relação ao Siga Hídrico que precisam  
52 ser revisadas. Aponta que essa semana esteve conversando com a Érica sobre  
53 alguns chamados, e mandou para ela uma lista de cerca de treze chamados da  
54 AGEMAT. Destaca que descobriu que muitos desses chamados não tinham sido  
55 nem encaminhados, nem chegaram para a STI. Diz ficar preocupada em relação a  
56 esse controle. Pergunta se dentre esses chamados que enviou, que não estavam  
57 na STI, foram contabilizados nos números de chamados pendentes apontados na  
58 apresentação. Pergunta também se não teria como a STI passar um pente fino e  
59 ver se tem mais chamados perdidos, entender o que que aconteceu. Destaca que  
60 as pessoas têm reclamado bastante do prazo de resposta desses chamados, que  
61 é de meses. A analista Érica Ribeiro responde que na verdade, quando é aberto o  
62 chamado, ele tem que ser atribuído. Mesmo se eu não atribuo esse chamado para





63 alguém, ele fica no limpo, sem uma atribuição. Esclarece que realmente a equipe  
64 identificou que esses chamados não tinham sido atribuídos, porém, para solucionar  
65 a questão foi feito um processo, no qual temos que começar a olhar quantos  
66 chamados tem e se foram atribuídos. Diz que se trata de falhas humanas, mas que  
67 já estão sendo corrigidas. Em complemento, o Sr. Victor diz que, quanto a esses  
68 chamados enviados pela Juliana, foram detectados catorze não atribuídos e os  
69 mesmos já foram atribuídos como prioridade por conta de todo o atraso de toda a  
70 situação. Em consulta, foram localizados mais sete chamados sem atribuição, mas  
71 que também serão priorizados para resolução. Salienta que, como a equipe  
72 conseguiu sanar muitos dos chamados em aberto essa semana, acredita que até  
73 semana que vem finalizará esse sistema em aberto. A conselheira Juliana Freitas  
74 diz que outro questionamento que tem é sobre o CAR. Explica que alguns técnicos  
75 não têm conseguido vincular CAR ativo com pendência. Diz que vai encaminhar  
76 para a equipe alguns chamados nesse sentido, para auxiliar. Solicita que a STI  
77 investigue essa situação, se é só pontual, se está acontecendo com outros  
78 chamados, também. O superintendente Gilvane diz que, conforme respondido na  
79 outra reunião, todos os chamados que a STI verificou nesse sentido tinha alguma  
80 suspensão ou inativação do CAR. Diz que a equipe ainda não pegou casos em que  
81 o CAR não estivesse com alguma pendência ou não validado. A presidente solicita  
82 a conselheira Juliana, que a mesma continue ajudando a equipe da Sema a levantar  
83 essas informações. Solicita que compartilhe com a Sra. Érica esses chamados, para  
84 que a equipe possa verificar qual é a situação. A conselheira Juliana diz que gostaria  
85 de fazer outro questionamento, agora acerca dessa situação que foi comentada  
86 sobre a contratação de uma equipe. Diz que já faz um certo tempo que a gente vem  
87 falando sobre isso. A gente já tem aí um ou dois anos falando da importância de um  
88 suporte e um cronograma para poder atender esses chamados. Pergunta como está  
89 essa situação da contratação, se a Sema pretende fazer ainda esse ano, nos  
90 próximos meses, qual é o prazo para a contratação. O superintendente Gilvane  
91 explica que hoje temos a empresa que fez o sistema, que é a Memora, que estava  
92 dando suporte na medida do possível. Aponta que fazem um ano e meio que a  
93 Sema está fazendo o TR para a contratação. Foram feitas todas as burocracias





94 internas, para que a gente pudesse contratar, até esse segundo semestre, uma  
95 empresa para fazer o suporte não só do Siga, mas de todos os mais de sessenta  
96 sistemas que a gente tem internamente. Agora, esse processo está na governança  
97 do estado para ser avaliado, após o ok iniciaremos a licitação. Então, a expectativa  
98 é que, no segundo semestre, a gente já tenha essa empresa. A conselheira Juliana  
99 Freitas questiona quanto ao quantitativo de taxas. Solicita que seja esclarecido  
100 como está funcionando dentro do sistema. Cita como exemplo um projeto de  
101 irrigação com cinco poços, mas tem o poço sede que tem que entrar junto desse  
102 processo, porque todos têm que compreender dentro do mesmo processo, no  
103 mesmo CAR, mesmo titular, como diz a instrução normativa número nove. Então, a  
104 gente inclui esse ponto e acaba tendo que pagar a taxa de alteração de outorga  
105 para todos, ao invés de ser uma taxa para inclusão de mais um ponto. A presidente  
106 diz que na legislação, a cobrança é por ponto. Então, não é para acontecer de você  
107 fazer a alteração de um ponto e ser cobrada referente a esses outros pontos.  
108 Solicita que, caso a conselheira tenha um caso específico em que isso tenha  
109 acontecido, encaminhe para que a equipe possa verificar. A conselheira Juliana  
110 Freitas diz que seu próximo questionamento é quanto ao módulo de monitoramento.  
111 Aponta que aconteceu que não temos o módulo específico, e sim algumas formas  
112 de apresentar o monitoramento. Através do Siga Hídrico dentro do processo, onde  
113 somente o técnico pode apresentar e ou através do Siga Doc. Pergunta se a Sema  
114 pretende implementar um sistema ou se o Siga Doc vai ser a ferramenta adotada.  
115 Destaca ter achado o Siga Doc interessante, porque ele emite um número de  
116 protocolo com data e hora certinha. A analista Érica diz que essa ferramenta já  
117 existe, inclusive desde o ano de dois mil e dezesseis. Explica que quando a equipe  
118 levantou todos os requisitos do Siga Hídrico e do Siga como um todo. Das três  
119 ferramentas, a gente viu que era necessário criar esse módulo de monitoramento,  
120 porque esse módulo vai dar também mais agilidade para nossa equipe. Porém,  
121 quando a gente entrou para poder fazer os primeiros requisitos desse módulo, a  
122 gente viu que era um mundo. E a gente viu que, com o recurso que tinha, não  
123 conseguiríamos fazer esse módulo. No entanto, com essa contratação, já citada,  
124 está prevista a criação desse módulo assim como as evoluções do sistema. A





125 conselheira Juliana Freitas questiona quanto as juntadas online. Diz que no  
126 momento da juntada, não é emitido nenhuma etiqueta de protocolo. E quando ela  
127 chega, ela tem chego com algum tempo de atraso, que é quando o analista recebe  
128 essa atribuição, mas isso demora um tempo, às vezes um mês, algumas semanas.  
129 Diz que descobriu, quando telefonou na Secretaria, que determinado processo  
130 estava na fila de análise antes de outro processo que a juntada foi realizada  
131 primeiro. Pergunta se foi investigado por que isso acontece. A conselheira Ellen  
132 Pantoja pede a palavra. Diz que gostaria de fazer uma contribuição, como  
133 analista/SEMA. Aponta que essa gestão é feita pelo próprio analista. Explica que se  
134 tem um processo de número dez que está com um técnico, um processo de número  
135 X, mais um que está com outro analista, e os dois requerem juntada. O responsável  
136 técnico irá receber ofício de pendência para os dois processos. Enquanto isso, o  
137 analista tem outros processos que foram distribuídos para ele, e ele precisa analisar.  
138 Então, é o analista quem faz o controle dos processos em sua carga. Cita como  
139 exemplo, uma lista com seis processos protocolados em períodos distintos.  
140 Digamos que três processos dessa lista estejam com pendências. Então, o analista  
141 irá notificar o técnico responsável acerca da pendência, enquanto isso o analista  
142 passará a analisar os demais processos em sua carga. Quando o analista receber  
143 as juntadas das pendências, possivelmente o processo irá ter uma nova ordem de  
144 análise, a depender de qual técnico atendeu primeiro a notificação de pendência.  
145 Argumenta que não tem como o público externo, os técnicos responsáveis, no caso,  
146 estarem olhando qual processo saiu a outorga primeiro. Explica que no sistema Siga  
147 Hídrico, tem um campo específico “complementação”, e se o processo não chega a  
148 essa pasta não tem como o analista avaliar. Aponta que existe um trâmite certo. A  
149 conselheira Juliana Freitas diz que não seria isso. Na verdade, a conclusão foi  
150 checada junto com o analista que lhe atendeu e o mesmo lhe disse: não, esse  
151 processo está na fila do mês seguinte, porque ele foi protocolado depois. Porém,  
152 quando verificou com suas datas de juntada, questionou por que a ordem de análise  
153 era inversa ao protocolo de juntada, sendo que os dois processos estavam com o  
154 mesmo analista. A presidente diz que surgiram várias dúvidas em relação ao  
155 questionamento da conselheira, e acredita que a equipe não conseguirá responder





156 neste momento. Solicita que a conselheira continue mantendo a Érica como o seu  
157 ponto focal nessas questões discutidas hoje. E talvez ela possa fazer um teste com  
158 conselheira, um teste assistido ou alguma coisa assim. Finda as discussões, a  
159 presidente agradece, mais uma vez, a contribuição da conselheira Juliana. Reitera  
160 a preocupação e o empenho da Sema para que realmente o sistema funcione  
161 adequadamente, e possamos prestar um serviço de qualidade a toda a sociedade,  
162 a todos os responsáveis técnicos e a todos os empreendedores. Na sequência,  
163 passa ao próximo item da pauta, a apresentação do Relatório Progestão, referente  
164 à 1ª Certificação do 3º Ciclo (ano de 2023). A coordenadora de ordenamento  
165 hídrico/Sema, a Sra. Lilian F. de Moura Apoitia, explica que o "Pacto Nacional pela  
166 Gestão das Águas" tem como principal objetivo o estabelecimento de compromissos  
167 entre os diferentes entes federativos com o intuito de superar desafios comuns e  
168 promover o uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos. Tendo o intuito de  
169 conceder estímulos financeiros para o cumprimento das metas de gestão de  
170 recursos hídricos. Relata o histórico do programa no estado de Mato Grosso: A  
171 adesão do Governo de Mato Grosso nesse programa se deu por meio do Decreto  
172 nº. 1.815, de 20/06/2013; PROGESTÃO II - Segundo ciclo do programa foi assinado  
173 em 14/12/2017; PROGESTÃO III -Terceiro ciclo do programa foi assinado em  
174 05/07/2023 com validade até 30/09/2028. Aponta que a SURH é a responsável pela  
175 coordenação das ações do poder executivo estadual inerentes à implementação do  
176 Pacto. Explica que o CEHIDRO atua como interveniente, conforme Contrato nº  
177 013/2023. E tem as seguintes obrigações: Aprovar o Quadro de Metas do  
178 Progestão; Acompanhar o cumprimento das obrigações da SEMA; Apreciar,  
179 anualmente, a execução do plano de aplicação dos recursos transferidos pelo  
180 Progestão; Atestar o cumprimento das metas contratuais. Explica a estrutura do  
181 programa. Aborda cada uma das Metas Federativas, explicando quais critérios  
182 foram e não foram alcançados: META I.1 – Integração Dos Dados De Usuários De  
183 Recursos hídricos (atendida); META I.2 – Capacitação em Recursos Hídricos  
184 (atendida); META I.3 – Contribuição para Difusão do Conhecimento – Conjuntura  
185 (atendida); META I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos (atendida);  
186 META I.5 – Atuação para Segurança de Barragens (atendida); META I.6 –





187 Monitoramento Hidrológico (atendida), e; META I.7 – Fiscalização de Usos de  
188 Recursos Hídricos (atendida). Quanto ao fator de redução, explica que a Meta não  
189 foi atendida em razão do desembolso ter atingido apenas 0,54%, enquanto que o  
190 percentual de desembolso deveria ser de 50% dos recursos acumulados do  
191 programa e transferidos ao estado. Apresenta as Metas Estaduais, quais foram  
192 atingidas em todas as variáveis necessárias ao cumprimento. Finda a  
193 apresentação, o secretário executivo destaca que todos os documentos referentes  
194 ao Progestão foram disponibilizados com antecedência aos conselheiros. Após,  
195 coloca em deliberação as minutas de resolução referentes ao Progestão: A minuta  
196 de Resolução CEHIDRO nº. 176 de 18 de abril de 2024, que atesta que a Secretaria  
197 de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT cumpriu as Metas de Cooperação  
198 Federativa, referentes ao ano de 2023 e dá outras providências; A minuta de  
199 Resolução CEHIDRO nº. 177 de 18 de abril de 2024, que aprova o Plano Plurianual  
200 de Aplicação dos Recursos Financeiros do PROGESTÃO - 2024 a 2028; e, a minuta  
201 de Resolução CEHIDRO nº. 178 de 18 de abril de 2024, que aprova o Plano de  
202 Capacitação em Recursos Hídricos para o período de 2024 a 2027. Por fim, todas  
203 as minutas de resolução restaram aprovadas, por unanimidade, sem nenhuma  
204 alteração. Após, passou-se ao último item da pauta, os informes. O secretário  
205 executivo informa que é de conhecimento de todos que o Conselho Nacional de  
206 Recursos Hídricos – CNRH não está em funcionamento há mais de dois anos.  
207 Ocorre que, o Conselho Estadual de Recursos recebeu, no final de semana  
208 passada, ofício dizendo que aconteceria uma reunião presencial em Brasília no dia  
209 15/04/2024, para a escolha dos Conselhos Estaduais, que passariam a compor o  
210 CNRH. Salaria que essa reunião aconteceu, e a Sema conseguiu ir, mesmo em  
211 cima da hora. Aponta que a presidente do CEHIDRO o designou para participar da  
212 referida reunião. Explica que o CNRH, a partir da publicação do Decreto nº  
213 11.960/24, passou a ser composto por dez Conselhos Estaduais titulares e dois  
214 suplentes para cada vaga titular. Explica que o estado do Acre não tem Conselho  
215 Estadual de Recursos Hídricos, ele tem Conselho Estadual de Meio Ambiente e  
216 Floresta. Então, ele entrou com uma solicitação de depois ter a vaga e está em  
217 análise. Aponta, quais estados ocuparam as dez vagas titulares: Mato Grosso,





218 Goiás, Paraná, São Paulo, Tocantins, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia  
219 Espírito Santo. Após, cita quais ocuparam a primeira e a segunda suplência. Explica  
220 que no segundo ano de mandato, a primeira suplência vem para titular a segunda  
221 suplência passa a ocupar a primeira suplência e o titular passa a ocupar a segunda  
222 suplência. E assim, seguirá o rodízio nos próximos anos. Expõe que o CEHIDRO  
223 deve indicar seu representante junto ao CNRH, até o dia trinta de abril. Aponta que  
224 o secretário executivo, em função da facilidade de poder estar se deslocando a  
225 Brasília com maior agilidade, foi o representante do CEHIDRO no CNRH nos anos  
226 anteriores. Pergunta se alguém gostaria de se posicionar contrário a essa indicação,  
227 ou se alguém gostaria de assumir essa função junto ao CNRH. O conselheiro João  
228 Clímaco pede a palavra. Diz que essa questão colocada, não é a primeira vez que  
229 é discutida. Foi debatida, inclusive, no próprio CNRH na perspectiva das  
230 organizações da sociedade civil, e acredita ser interessante que os Conselhos  
231 Estaduais continuem participando, até de maneira maior agora nessa proposta. O  
232 secretário executivo complementa dizendo que já foram escolhidos os  
233 representantes do Poder Público Federal, dos comitês, dos conselhos estaduais e  
234 agora vai ter a eleição das organizações da sociedade civil. Então, segundo o  
235 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, tudo indica que estarão  
236 todos aptos a tomarem posse em Julho. O conselheiro João Clímaco questiona não  
237 saber o motivo, porque o mandato das ONG's ainda está em vigor. Diz que o  
238 FONASC estava lá como membro da plenária, como representante da sociedade  
239 civil, mas aí veio esse decreto, que criou uma série de novidades para nós. Destaca  
240 que se esperava que esse novo decreto fosse sanar as distorções que tinham no  
241 decreto anterior, o que não aconteceu. Cita que foram apontadas uma série de  
242 incongruências que estão sendo resolvidas no Ministério Público, através de ação  
243 civil pública. Salaria que no que diz respeito à representação do Conselho  
244 Estadual, o FONASC participa de três Conselhos e tem notado o seguinte: que as  
245 representações dos Conselhos Estaduais, elas, normalmente, são centralizadas na  
246 figura do Secretário ou da pessoa de confiança desses colegiados do governo. Diz  
247 que na visão do FONASC isso tem enfraquecido a dimensão da política do CNRH  
248 a nível dos conselhos estaduais, porque geralmente as informações da atuação do





249 CNRH não chegam à plenária dos conselhos estaduais e não chegam nos comitês.  
250 Diz que propôs, uma certa época, que houvesse uma dinâmica para que a plenária  
251 dos Conselhos Estaduais elegeisse ou indicasse o representante do Conselho, já  
252 que o Conselho é paritário. Haveria assim, a possibilidade de outros segmentos  
253 serem indicados ou fazer uma combinação, a partir de uma dinâmica política interna  
254 e diminuir esse centralismo do setor público, que já está extremamente notório, que  
255 está prejudicando a própria política. Diz não concordar que todo Conselho tenha  
256 que automaticamente delegar ao Presidente, ao órgão do governo, assumir essa  
257 representação. O conselheiro Marcelus Mesquita pede a palavra. Diz entender o  
258 posicionamento do conselheiro que o antecedeu. E vê que, se possível, o secretário  
259 executivo aceitando essa incumbência, ou a presidente, ou quem for da Sema, o  
260 CEHIDRO estaria bem representado no CNRH, porque essa titularidade é  
261 passageira. Diz que já sabemos dessa substituição, já sabemos a sequência que  
262 vai ser. E, se substituindo a indicação de alguém do órgão gestor aqui em Mato  
263 Grosso para qualquer outra pessoa, não vai ter essa comunicabilidade que se tem  
264 hoje. Diz acreditar que lá no Mato Grosso do Sul e no Acre também vão indicar o  
265 órgão licenciador para ser o seu representante no Conselho Nacional. A conselheira  
266 Alessandra Panizi pede a palavra. Diz que gostaria de fazer das palavras do  
267 conselheiro Marcelus as suas, porque acredita que o Noquelli teria condições a  
268 representação. Na verdade, na Sema se tem uma representatividade muito mais  
269 forte do Conselho, porque tem uma estrutura física, tem uma estrutura de equipe,  
270 tem toda uma estrutura em relação aos demais que estão aqui dentro. Inclusive,  
271 disponibilidade de tempo, porque tem essa obrigação de estar disponível para os  
272 estudos e acompanhamentos. E a plenária, tem o papel também de acompanhar  
273 para evitar o que o conselheiro João Clímaco colocou, que é uma preocupação.  
274 Acredita ser uma preocupação pertinente, e cabe a plenária pedir para que sejam  
275 apresentadas as situações deliberadas no CNRH. Salaria que o Noquelli, ao longo  
276 dos anos, sempre fez isso muito bem. Manifesta seu voto em favor da  
277 representação pela secretaria executiva. A conselheira Leonice Lotufo pede a  
278 palavra. Destaca que essa rotatividade, quando ela acontece, o nosso  
279 representante também tem que estar na reunião, mesmo sendo suplente para ele





280 trazer as informações pra gente. E isso é uma coisa que a gente percebe que a  
281 nossa Secretaria tem feito há muito tempo. Destaca que nesses dois anos, mesmo  
282 sem ter reunião do CNRH, tivemos todas as informações acerca do que estava  
283 acontecendo. Aponta que, uma experiência, é o que acontece dentro do Fórum  
284 Nacional de Comitês de Bacia, que muitas vezes a representação que não é do  
285 órgão gestor, na hora de participar das reuniões não tem recurso para ir participar  
286 da reunião, ou também não vai repassar as informações como deveria. Então, a  
287 questão da transparência de passar a informação ela não é inerente a quem está  
288 representando, se é poder público, usuário de água ou sociedade civil. A  
289 representação, o repasse da informação é para quem tem mais condições de  
290 comunicação. Acredita que dentro do nosso sistema estadual de recursos hídricos,  
291 o órgão gestor é o que tem mais condições de retransmitir todas as informações  
292 que a gente precisa. Antecipa seu voto, como sociedade civil, que a Sema, a  
293 secretaria executiva do CEHIDRO, seja a representante. O conselheiro João  
294 Clímaco pede a palavra. Diz que está se posicionando quanto a um problema  
295 sistêmico, que interfere, que agride frontalmente a ideia de representatividade. Diz  
296 não concordar com essa visão unilateral de que todo mundo é incompetente,  
297 apenas determinada pessoa é competente para participar. Propõe que haja uma  
298 resolução do Conselho dando assim uma certa regra para isso, uma vez que na fala  
299 todo mundo é maravilhoso, mas na prática, vê que não é bem assim. Propõe que  
300 seja criada uma normativa, deixando claro que a pauta a ser discutida no Conselho  
301 Nacional seja discutida inicialmente na CEHIDRO e levada ao CNRH. Que não seja  
302 apenas uma fala voluntária de quem estiver representando o CEHIDRO e sim uma  
303 obrigação, em se passar essa pauta para a plenária debater. A presidente diz que  
304 irá avaliar a proposta internamente. Pergunta se o conselheiro João Clímaco está  
305 se colocando como candidato a essa vaga. O conselheiro João Clímaco responde  
306 que não. Mas que está propondo uma regulamentação, uma normatização dessa  
307 representação, que, ao seu ver tem causado prejuízo ao processo político evoluído,  
308 que poderia ser a política de recursos hídricos. A conselheira Kálita Seidel pede a  
309 palavra. Diz que, primeiramente, gostaria de manifestar apoio a nomeação do  
310 Noquelli. Salienta que desde quando participa do CEHIDRO, a secretaria está tendo





Governo de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



311 uma transparência, razão pela qual acredita ser desnecessária a criação de uma  
312 normativa, que seria somente uma burocracia a mais. Finda as deliberações, a  
313 presidente abre a votação quanto a escolha de representante do CEHIDRO no  
314 CNRH. Do que, restou eleito o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, secretário  
315 executivo deste Conselho. Por fim, nada mais havendo a declarar a presidente  
316 encerra a reunião às 16h40min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que  
317 será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual  
318 de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

319

320 **Mauren Lazzaretti**  
321 Presidente do CEHIDRO

**Luiz Henrique Magalhães Noquelli**  
Secretário Executivo do CEHIDRO



SEMADIC202417646A